



SIMULADO ESPECIAL

PP RN

Policial Penal - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **PP-RN**, cargo de **Policial Penal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/r3sNeSfbWwC4nLok8>

01 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	21 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	41 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	61 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	81 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
02 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	22 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	42 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	62 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	82 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
03 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	23 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	43 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	63 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	83 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
04 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	24 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	44 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	64 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	84 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
05 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	25 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	45 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	65 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	85 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
06 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	26 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	46 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	66 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	86 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
07 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	27 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	47 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	67 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	87 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
08 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	28 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	48 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	68 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	88 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
09 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	29 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	49 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	69 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	89 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
10 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	30 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	50 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	70 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	90 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
11 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	31 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	51 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	71 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	91 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
12 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	32 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	52 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	72 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	92 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
13 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	33 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	53 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	73 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	93 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
14 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	34 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	54 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	74 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	94 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
15 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	35 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	55 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	75 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	95 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
16 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	36 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	56 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	76 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	96 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
17 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	37 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	57 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	77 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	97 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
18 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	38 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	58 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	78 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	98 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
19 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	39 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	59 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	79 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	99 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
20 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	40 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	60 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	80 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	100 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4fpfnPC>

PROVA OBJETIVA**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

Nesta época do ano de muito movimento na estrada, o perigo ronda por todo lado. O Brasil é recordista em matéria de acidentes fatais. A av. Brasil, como a variante de Petrópolis, podem ser chamadas de genocidas. Os campos de concentração nazistas mataram durante uns tantos anos. Os carrascos depois foram julgados. Aqui o trânsito continua matando sem conta e grande número dos acidentes nem chega ao inquérito e ao processo.

Como se já não bastasse este gênero de preocupação, há na av. Brasil um tipo de golpe que dura há anos. A saída para a serra e para outros destinos passa obrigatoriamente por ali, o que lhe dá um tráfego pesado como poucos há no mundo. No trecho já próximo do fim, ou do começo, depende se o carro vem ou vai, é que se situa o tal golpezinho de João sem braço. Uma coisa sórdida. Você vai atento ao volante e ouve uma espécie de estampido na traseira do carro.

Logo vem a ultrapassagem com os dois pilantras. Dois rapazes fortes, perfeitamente válidos para o trabalho honrado. Ultrapassam e forçam a mão para você se recolher ao acostamento. Entre sinais de alarme, gritam palavras que você mal distingue. Fogo, denunciam. Se você cai na asneira de parar, os espertinhos vêm com a conversa pronta. Às vezes um deles até usa o jaleco de mecânico.

Com o diagnóstico fajuto, põem o freguês de castigo naquela soalheira, enquanto lhe empurram uma bobina ou qualquer coisa do gênero que vão buscar numa oficina próxima. Mas nova é a sua bobina, não a deles. No sufoco da angústia, você paga o absurdo que lhe pedem e ainda é capaz de agradecer. Com cara de tacho e ainda por cima com medo. Eles saem imediatamente atrás de outra vítima. Se vem uma moça sozinha, ou um casal de velhos, repetem inteira a encenação. Por incrível que pareça, o êxito é quase sempre certo. E ali ficam o dia inteiro, nessa caça imunda.

Isto acontece há anos. Muita gente já caiu no conto, mas ou cala, ou esquece. Se você reclamar na patrulha rodoviária, vão lhe dizer que não é área federal. Policiamento ostensivo? Nanja! Por isto é que digo que o brasileiro é o povo mais ordeiro do mundo. Mesmo nesta

época de festas e feriados, você quase não vê polícia. Uma coisa me intriga: como é que um golpe sujo desse existe há tanto tempo e ninguém faz nada? Dá para desconfiar. Há quem jure que a polícia é conivente. Tão Brasil!

(Otto Lara Rezende)

1. De acordo com as ideias desenvolvidas no texto, assinale a opção correta.
- a) A autora considera que os acidentes nas estradas brasileiras decorrem exclusivamente dos golpes praticados contra os motoristas.
- b) O golpe descrito depende da participação voluntária das vítimas, que procuram uma oficina mecânica para substituir peças defeituosas.
- c) A permanência do golpe por tantos anos é atribuída somente à dificuldade de identificação dos criminosos pelas vítimas.
- d) O texto denuncia tanto a atuação dos golpistas quanto a omissão das autoridades responsáveis pela segurança nas estradas.
- e) A autora afirma que os criminosos escolhem apenas mulheres desacompanhadas e casais idosos como vítimas.

2. Quanto à organização tipológica do texto, assinale a opção correta.

- a) Predomina a injunção, pois o objetivo central é apresentar instruções detalhadas para que os motoristas realizem reparos mecânicos.
- b) Predomina a descrição, uma vez que o texto se limita à caracterização física dos criminosos e das estradas brasileiras.
- c) Predomina a argumentação, desenvolvida com o auxílio de sequências narrativas que exemplificam o golpe e fundamentam a crítica da autora.
- d) Predomina a exposição, pois a autora apresenta informações de maneira neutra, sem emitir opiniões ou juízos de valor.
- e) Predomina a narração ficcional, construída sem qualquer posicionamento crítico acerca dos fatos relatados.

3. No trecho “Nesta época do ano de muito movimento na estrada, o perigo ronda por todo lado”, as palavras destacadas caracterizam a seguinte figura de linguagem e seu correspondente efeito de sentido:

- a) eufemismo, pois suavizam a gravidade dos acidentes ocorridos nas estradas.
- b) hipérbole, pois exageram a quantidade de veículos que circulam pelas rodovias.
- c) personificação, pois atribuem ao perigo uma ação própria de um ser animado, reforçando a ideia de ameaça constante.
- d) metonímia, pois substituem os motoristas pelos veículos que eles conduzem.
- e) antítese, pois estabelecem uma oposição entre o movimento das estradas e a segurança dos passageiros.

4. Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

Se as autoridades _____ o policiamento ostensivo, _____ com rapidez diante das

denúncias e _____ medidas eficazes de fiscalização, golpes como esse poderiam ser evitados.

- a) mantivessem – intervissem – propossem
- b) mantessem – interviessem – propusessem
- c) mantivessem – interviessem – propusessem
- d) manterem – intervirem – proporiam
- e) mantêm – interveem – propõem

5. Assinale a alternativa que apresenta, na mesma ordem, o tempo verbal do indicativo em que se encontram as formas destacadas, seguido do sentido expresso por cada uma delas.

“Os carrascos depois **foram julgados**. Aqui o trânsito **continua** matando sem conta.”

- a) pretérito imperfeito, ação habitual no passado – presente, ação momentânea.
- b) pretérito perfeito, ação concluída no passado – presente, ação que se prolonga no tempo.
- c) pretérito mais-que-perfeito, ação anterior a outra passada – presente, verdade universal.
- d) pretérito perfeito, ação interrompida no passado – futuro do presente, ação provável.
- e) pretérito imperfeito, ação contínua no passado – presente, ação iniciada e concluída no momento da fala.

6. No trecho “Como se já não bastasse este gênero de preocupação, há na av. Brasil um tipo de golpe que dura há anos”, o termo destacado classifica-se morfológicamente e exerce função sintática, respectivamente, de:

- a) conjunção integrante e objeto direto.
- b) pronome relativo e sujeito.
- c) conjunção subordinativa causal e adjunto adverbial.
- d) pronome relativo e predicativo do sujeito.
- e) pronome relativo e objeto direto.

7. Assinale a alternativa que se apresenta totalmente correta em relação à ocorrência ou não de crase.

- a) Os golpistas permaneciam **à espera** de motoristas dispostos **à parar** no acostamento.
- b) As vítimas dirigiam-se **à uma** oficina próxima e pagavam **à vista** pelo falso conserto.
- c) A autora faz referência **à golpes** que ocorrem **às margens** da avenida Brasil.
- d) Os motoristas ficavam expostos **àquela** situação e, muitas vezes, obedeciam **às orientações** dos golpistas.
- e) A falta de fiscalização permitia que os criminosos agissem **à qualquer hora**, de segunda **à sexta**.

8. Assinale a alternativa em que a forma verbal apresentada entre parênteses substitui corretamente a palavra destacada no enunciado, respeitando-se as regras de concordância verbal.

- a) **Há** muitos anos, os golpistas atuam na avenida Brasil. (**Devem haver**)
- b) **Existe** naquela região um grande número de golpes contra motoristas. (**Existem**)
- c) **Faz** muito tempo que as autoridades conhecem esse tipo de crime. (**Fazem**)
- d) **Pode haver** outros criminosos envolvidos no esquema. (**Pode existir**)
- e) **Acontecem** diariamente naquela avenida diversos golpes semelhantes. (**Ocorrem**)

9. No trecho “Com o diagnóstico fajuto, põem o fregruês de castigo naquela soalheira, enquanto lhe empurram uma bobina ou qualquer coisa do gênero”, o conectivo destacado pode ser substituído, sem alteração do sentido original e com manutenção da correção gramatical, por:

- a) ainda que
- b) ao passo que
- c) uma vez que
- d) desde que
- e) à medida em que

10. Assinale a alternativa em que todas as palavras apresentam dígrafo consonantal ou vocálico.

- a) carrasco – chuva – campo
- b) golpe – trânsito – perigo
- c) trabalho – estrada – vítima
- d) oficina – polícia – guerra
- e) acidente – traseira – passar

11. A respeito da colocação pronominal, assinale a alternativa correta quanto à ocorrência da ênclise.

- a) É provável que os criminosos aproximem-se de outras vítimas ao longo do dia.
- b) Os motoristas já haviam recolhido-se ao acostamento quando perceberam o golpe.
- c) Quem dispôs-se a denunciar o crime não recebeu o apoio esperado das autoridades.
- d) Ele dispôs-se a cometer um golpe antigo, os motoristas devem redobrar a atenção naquela região.
- e) Jamais deve-se interromper a viagem por orientação de pessoas desconhecidas.

12. No trecho “Entre sinais de alarme, gritam palavras que você mal distingue”, o pronome relativo destacado introduz uma oração:

- a) subordinada substantiva objetiva direta.
- b) subordinada adverbial consecutiva.
- c) subordinada adjetiva explicativa.
- d) subordinada adjetiva restritiva.
- e) subordinada substantiva completiva nominal.



13. No trecho “Irmãos mais novos aprendem a pensar rápido”, as palavras destacadas classificam-se, respectivamente, como:

- a) pronome indefinido e adjetivo.
- b) advérbio e advérbio.
- c) adjetivo e substantivo.
- d) conjunção e adjetivo.
- e) preposição e advérbio.

14. O humor da tirinha é produzido principalmente porque:

- a) a menina pede ajuda ao irmão para reconstruir a torre que havia derrubado.
- b) o menino acredita que a irmã não conseguirá montar os blocos sem a ajuda dele.
- c) o menino afirma que a irmã poderá precisar dele no futuro e faz uma ameaça.
- d) a menina não entende por que o irmão considera importante preservar a construção feita com os blocos.
- e) o menino deseja trabalhar como avaliador de imóveis quando crescer, mas a irmã não acredita nessa possibilidade.

15. No trecho da tirinha “Quando eu crescer, talvez eu precise avaliar uma casa para vocês”, a vírgula foi empregada para:

- a) separar o vocativo do restante da oração.
- b) isolar uma oração subordinada adverbial temporal antecipada.
- c) marcar a omissão de uma forma verbal.
- d) separar o sujeito do predicado.
- e) isolar uma oração subordinada adjetiva explicativa.

**HISTÓRIA DO RN E ASPECTOS
GEOECONÔMICOS DO RN***Sérgio Henrique*

16. No contexto do sistema de capitanias donatárias, a trajetória da Capitania do Rio Grande, doada a João de Barros no século XVI, permite relativizar interpretações tradicionais sobre abandono e fracasso do modelo colonial português, uma vez que:

- a) a incapacidade de efetiva ocupação territorial decorreu exclusivamente da resistência indígena potiguara, o que inviabilizou qualquer forma de exercício de autoridade donatária.
- b) embora não tenha logrado êxito na colonização efetiva, o donatário manteve vínculos jurídicos e fiscais com a capitania, explorando economicamente seus recursos e reivindicando prerrogativas previstas nas cartas régias.
- c) o insucesso das expedições financiadas pelo donatário levou à imediata reversão da capitania à Coroa, antes mesmo da União Ibérica.
- d) a inexistência de povoamento permanente implicou a completa suspensão da arrecadação de tributos e da concessão de sesmarias durante o período donatário.
- e) a transformação da capitania em unidade régia demonstrou a falência generalizada do sistema de capitanias hereditárias no litoral nordestino.

17. A dinâmica das relações entre populações indígenas e a sociedade colonial nos sertões da Capitania do

Rio Grande, a partir da segunda metade do século XVII, deve ser compreendida no contexto da interiorização da pecuária e da consolidação do poder colonial. De acordo com esse processo, assinale a alternativa correta.

- a) As guerras contra os tapuias decorreram predominantemente de choques culturais, sendo progressivamente superadas pela catequese e pela integração espontânea dessas populações ao mundo colonial.
- b) Os acordos de paz firmados entre autoridades coloniais e grupos indígenas representaram mecanismos unilaterais de submissão, eliminando a autonomia política indígena e interrompendo definitivamente os conflitos no sertão.
- c) A expansão da pecuária nos sertões articulou-se à noção de guerra justa, legitimando a violência colonial e os deslocamentos forçados, ao mesmo tempo em que incorporou indígenas como aliados armados e trabalhadores livres condicionados.
- d) A resistência indígena nos sertões constituiu um fenômeno episódico, restrito à reação inicial à ocupação territorial, perdendo relevância à medida que o poder colonial se afirmava militarmente.
- e) A atuação indígena nos conflitos sertanejos esteve dissociada das disputas territoriais, sendo explicada, sobretudo, por rivalidades intertribais pré-existentes à colonização portuguesa.

18. O fisco colonial assumiu configurações distintas conforme a base produtiva e a posição das capitanias na economia. No caso da Capitania do Rio Grande, entre os séculos XVII e XVIII, a arrecadação incidiu sobre atividades como a pecuária, a extração de sal e a circulação de mercadorias, em articulação com a política de concessão de sesmarias. Sobre a interpretação do papel da fiscalidade colonial na Capitania do Rio

Grande, assinale a alternativa correta.

- a) A arrecadação sobre gado e sal teve caráter residual, sendo irrelevante para a Fazenda Real diante da centralidade fiscal da economia açucareira nordestina.
- b) A fiscalidade na Capitania do Rio Grande estruturou-se como sistema autônomo, desvinculado do pacto colonial, em razão da baixa rentabilidade econômica regional.
- c) Os tributos incidentes sobre gado, sal e circulação revelam uma fiscalidade de menor peso relativo, mas funcional, voltada à integração territorial, ao controle econômico e à afirmação da autoridade régia.
- d) A concessão de sesmarias nos sertões tinha finalidade exclusivamente econômica, sem relação direta com a arrecadação fiscal ou com o ordenamento administrativo da capitania.
- e) A incidência tributária sobre atividades sertanejas decorreu apenas da formalização tardia da economia local, inexistindo mecanismos fiscais regulares antes do século XVIII.

19. No século XIX, especialmente durante as grandes secas que atingiram o Rio Grande do Norte, a administração provincial mobilizou instrumentos como os socorros públicos, as comissões de assistência e ações sanitárias emergenciais. Considerando o funcionamento do Estado imperial brasileiro, assinale a alternativa correta sobre significado histórico dessas medidas.

- a) Os socorros públicos eram uma política estatal estruturada e permanente, voltada à prevenção de crises sanitárias emergências médicas.

b) As medidas adotadas revelam a centralidade da saúde pública como eixo prioritário da administração provincial oitocentista.

c) a atuação das comissões de socorros públicos levou ao fim das práticas assistencialistas em favor de políticas sociais baseadas no planejamento e obras de combate à seca.

d) As ações sanitárias expressaram respostas emergenciais e seletivas, limitadas pela fragilidade fiscal e administrativa do Estado imperial.

e) a intervenção estatal durante as secas demonstrou a capacidade do Império de lidar com os efeitos sociais das crises climáticas.

20. A exploração salineira no litoral do Rio Grande do Norte, especialmente em Mossoró, Macau e Areia Branca, consolidou-se entre os séculos XVIII e XIX como atividade econômica relevante, articulando produção, circulação e trabalho. Considerando as formas de organização do trabalho nas salinas nesse período, assinale a alternativa correta.

a) o trabalho salineiro estruturou-se majoritariamente sob formas escravistas, dada elevada rentabilidade da atividade e sua integração precoce ao mercado externo.

b) a extração do sal baseou-se em trabalho livre e sazonal, marcado pela precariedade das condições laborais e pela ausência de garantias jurídicas.

c) a organização coletiva dos trabalhadores das salinas, desde o século XIX, assumiu caráter sindical formal, com contratos coletivos e mediação sistemática do Estado provincial.

d) a dinâmica do trabalho nas salinas reproduziu padrões escravistas de exploração, pois era o tipo de trabalho predominante nas salinas, que também eram centros de comércio escravista.

e) a exploração salineira caracterizou-se pela informalidade, inexistindo qualquer forma de regulação estatal ou controle fiscal sobre a atividade.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Fabiano Pereira*

21. Considerando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual, assinale a alternativa **correta**.

- a) O aperfeiçoamento dos padrões éticos exige que os valores individuais dos servidores sejam integralmente substituídos pelos valores definidos pela Administração Pública Estadual.
- b) A liberdade de expressão constitui direito do servidor público, desde que seja exercida com respeito à imagem da instituição e dos demais agentes públicos.
- c) A compatibilização dos valores do servidor com os valores da Administração restringe-se às decisões que envolvam interesses econômicos ou financeiros.
- d) A conduta ética exigida pelo Código limita-se ao cumprimento das atribuições funcionais, não alcançando as relações interpessoais desenvolvidas no ambiente de trabalho.
- e) A liberdade de expressão permite ao servidor realizar manifestações ofensivas contra a instituição, desde que elas estejam relacionadas ao exercício de suas atribuições

22. À luz dos deveres, das vedações e das regras sobre conflito de interesses estabelecidas pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual, assinale a alternativa **correta**.

- a) O servidor deve resistir às pressões destinadas à obtenção de favores ou vantagens indevidas e denunciá-las, ainda que sejam provenientes de superiores hierárquicos, contratantes ou interessados.
- b) A vedação à discriminação não alcança atos motivados pela composição física corporal da pessoa, por se tratar de característica de natureza individual.

c) O conflito de interesses somente se configura quando o interesse particular do servidor possui natureza financeira, não abrangendo interesses pessoais.

d) O vínculo com determinada organização caracteriza conflito de interesses exclusivamente quando o servidor for seu sócio, não alcançando as funções de diretor, administrador, preposto ou responsável técnico.

e) O dever de resistência e denúncia limita-se às pressões exercidas por superiores hierárquicos, não abrangendo aquelas provenientes de contratantes, interessados ou terceiros

23. Com fundamento nas definições estabelecidas pela Lei Estadual nº 11.902/2024, assinale a alternativa **correta**.

a) O assédio moral somente pode resultar de uma conduta comissiva, expressa e praticada verbalmente contra a vítima.

b) A caracterização do assédio moral exige a comprovação de dano efetivamente consumado à integridade física da pessoa atingida.

c) O assédio sexual pode ocorrer de maneira velada quando o agente público constrange alguém, valendo-se dessa condição, com a finalidade de obter vantagem ou favorecimento sexual.

d) O assédio sexual somente se configura quando praticado por superior hierárquico contra servidor diretamente subordinado.

e) A obtenção de vantagem patrimonial constitui elemento indispensável à caracterização do assédio sexual

24. No que se refere às penalidades e às medidas de prevenção previstas na Lei Estadual nº 11.902/2024, assinale a alternativa **correta**.

- a) A prática de assédio moral ou sexual pode resultar apenas em advertência ou suspensão, não sendo admitidas multa e demissão.
- b) A realização de formação sobre assédio e violência no trabalho substitui a aplicação das penalidades administrativas ao infrator.
- c) As atividades de aperfeiçoamento funcional destinadas ao infrator possuem caráter facultativo e dependem de decisão discricionária da Administração.
- d) Além das penalidades aplicáveis, é obrigatória a realização de formações sobre o tema, devendo o Poder Executivo promover, especialmente em maio, ações de formação, orientação e sensibilização destinadas aos profissionais de todos os níveis hierárquicos.
- e) As ações promovidas especialmente no mês de maio devem ser direcionadas somente aos profissionais que ocupem funções de direção, chefia ou assessoramento

25. Ao examinar as diferentes formas pelas quais o comportamento humano pode ser orientado e avaliado, é possível distinguir os padrões aceitos socialmente da reflexão racional feita sobre esses padrões. Considerando essa distinção, assinale a alternativa **correta**.

- a) A ética corresponde aos hábitos particulares de uma comunidade, enquanto a moral realiza uma avaliação filosófica universal desses hábitos.
- b) A moral decorre exclusivamente de escolhas individuais, ao passo que a ética consiste na aceitação automática das tradições sociais.
- c) A moral reúne valores, deveres e costumes reconhecidos em determinado contexto social, enquanto a ética os submete a uma análise crítica e racional.
- d) A separação entre ética e moral não possui utilidade conceitual, pois ambas designam

exatamente a mesma forma de orientação do comportamento.

- e) A ética decorre necessariamente de crenças religiosas, enquanto a moral se constitui apenas por conhecimentos cientificamente comprovados

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

26. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa que apresenta corretamente princípios que orientam a atuação do Brasil no âmbito das relações internacionais.

- a) Dignidade da pessoa humana e igualdade entre os Estados, priorizando exclusivamente a integração econômica e política dos países da América Latina e da América Anglo-Saxônica, com a finalidade de criar uma comunidade americana de nações.
- b) Construção de uma sociedade livre, justa e solidária, aliada à independência nacional, buscando a integração apenas econômica e política entre os países da América Latina e da América Anglo-Saxônica para a formação de uma comunidade americana de nações.
- c) Repúdio ao terrorismo e vedação à concessão de asilo político, promovendo a integração econômica, política, social e cultural entre os países da América Latina com vistas à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- d) Independência nacional e intervenção em assuntos internos de outros Estados, com incentivo apenas à integração social e cultural dos países latino-americanos para a constituição de uma comunidade de nações.
- e) Prevalência dos direitos humanos e respeito à autodeterminação dos povos, estimulando a integração econômica, política, social e cultural dos países latino-americanos com o objetivo de constituir uma comunidade latino-americana de nações.

27. A Constituição Federal dispõe que o direito de greve dos servidores públicos será exercido de acordo com os termos e limites estabelecidos em lei específica. Considerando a classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia, essa previsão é exemplo de norma de eficácia:

- a) Programática.
- b) Restritiva.
- c) Limitada.
- d) Contida.
- e) Plena.

28. O art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal assegura a liberdade para o exercício de trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais previstas em lei. Considerando a classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia, essa disposição é classificada como norma de eficácia:

- a) Contida, pois a legislação infraconstitucional pode estabelecer requisitos para o exercício do direito.
- b) Limitada, uma vez que a lei infraconstitucional poderá fixar requisitos para o exercício desse direito.
- c) Contida, porque o exercício do direito depende da edição de norma infraconstitucional que o torne viável.
- d) Limitada, já que a efetiva fruição do direito exige regulamentação por lei infraconstitucional.
- e) Plena, em razão de se tratar de direito fundamental assegurado pela Constituição.

29. João e sua família vivem e trabalham em um imóvel rural utilizado para a produção agrícola. Diante da cobrança de uma dívida, surgiu a possibilidade de penhora dessa propriedade. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) A propriedade estará imune à penhora sempre que for utilizada pela família para o desenvolvimento de atividades rurais, independentemente de sua dimensão ou da natureza da dívida.
- b) A proteção contra a penhora somente será assegurada caso o imóvel seja enquadrado como pequena propriedade rural, seja explorado pela própria família e a obrigação tenha origem na atividade produtiva desenvolvida no local.
- c) Todo imóvel situado em área rural é protegido contra a penhora, ainda que possua grande extensão ou não seja explorado em regime de economia familiar.
- d) Ainda que o imóvel seja uma pequena propriedade rural, seja cultivado pela família e a dívida decorra da atividade produtiva nele exercida, a penhora poderá ser realizada.
- e) A impenhorabilidade será reconhecida apenas quando o imóvel for classificado como grande propriedade rural e constituir a principal fonte de sustento da família.

30. Nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que apresenta apenas órgãos integrantes do sistema de segurança pública.

- a) Polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- b) Corpos de bombeiros civis e polícias militares.
- c) Polícia Ferroviária Federal e polícias penais dos Estados e dos Municípios.
- d) Polícia Ferroviária Federal e serviços de segurança privada.
- e) Polícia Federal e polícias penais estaduais e municipais.

31. Diante da ausência de recomposição remuneratória por vários anos, integrantes da Polícia Militar de determinado Estado cogitam paralisar suas atividades como forma de pressionar o governo estadual a conceder reajuste salarial. Considerando o que dispõe a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A legalidade da paralisação dependerá de análise do Poder Judiciário, que decidirá, em cada caso concreto, se o movimento é compatível com a Constituição.
- b) A paralisação é constitucional, pois o direito de greve é assegurado a todos os trabalhadores, competindo-lhes definir o momento de exercê-lo e os interesses que pretendem defender.
- c) A pretensão dos policiais militares é incompatível com a Constituição, uma vez que os militares estão proibidos de exercer o direito de greve, independentemente da forma ou da modalidade adotada.
- d) Por se tratar de atividade essencial à coletividade, o governador deverá atender às reivindicações dos policiais militares para assegurar a imediata retomada da prestação do serviço.
- e) O direito de greve dos servidores públicos poderá ser exercido pelos policiais militares, desde que observados os requisitos e limites previstos em lei específica.

32. Nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que indica corretamente uma das atribuições conferidas às polícias penais.

- a) Realizar a segurança e a vigilância dos estabelecimentos destinados ao cumprimento de penas privativas de liberdade.
- b) Atuar na prevenção e no combate ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- c) Exercer funções de polícia judiciária, promovendo a investigação e a apuração de infrações penais.
- d) Desenvolver ações relacionadas às atividades de defesa civil.

e) Executar o policiamento ostensivo e atuar na preservação da ordem pública.

Gabarito: A

Comentário: CF88, Art. 144. § 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

33. A Constituição Federal admite que, durante a vigência do estado de defesa e do estado de sítio, determinados direitos e garantias fundamentais sofram limitações excepcionais. Considerando as restrições que podem ser impostas em ambos os regimes, assinale a alternativa correta.

- a) O direito à inviolabilidade do domicílio e o direito de propriedade.
- b) O direito de reunião e o sigilo da correspondência.
- c) A inviolabilidade do domicílio e o sigilo das comunicações telegráficas e telefônicas.
- d) O direito de reunião e o direito de propriedade.
- e) O direito de propriedade e o sigilo das comunicações telegráficas e telefônicas.

34. A convocação extraordinária do Congresso Nacional no caso de pedido de autorização para a decretação do estado de sítio é feita

- a) a requerimento do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- b) pelo Presidente da República.
- c) pelo Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) pelo Presidente do Senado Federal.
- e) a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas.

35. A Constituição Federal estabelece diversas medidas destinadas à proteção da família. Considerando as disposições constitucionais sobre o tema, assinale a alternativa que apresenta um mecanismo expressamente previsto para assegurar essa proteção.

- a) Prestação de assistência à família e adoção de mecanismos destinados a prevenir e reprimir a violência no âmbito das relações familiares.
- b) Imposição à família, à sociedade e ao Estado do dever de assegurar proteção integral às crianças, aos adolescentes, aos jovens e aos idosos.
- c) Reconhecimento dos efeitos civis do casamento religioso, bem como garantia de gratuidade para sua celebração.
- d) Previsão de que o casamento somente poderá ser dissolvido mediante separação judicial ou divórcio.
- e) Regulamentação do planejamento familiar pelo Estado, que poderá definir livremente os critérios para seu exercício.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

36. O diretor de uma unidade prisional possuía competência para distribuir os policiais penais entre os postos de serviço. Após um servidor comunicar irregularidades à corregedoria, o diretor alterou sua lotação exclusivamente para retaliar.

A conduta caracteriza:

- a) excesso de poder, porque o diretor praticou ato fora de sua competência.
- b) exercício regular do poder hierárquico, pois a distribuição dos postos era de sua competência.
- c) desvio de poder, porque uma competência legítima foi utilizada para alcançar finalidade indevida.
- d) poder disciplinar, ainda que não tenha sido instaurado procedimento administrativo.
- e) mera irregularidade formal, sem repercussão sobre a validade do ato.

37. A Administração suspendeu temporariamente a credencial de acesso de um policial penal a determinada área restrita. O servidor alegou que o ato era ilegal, mas ainda não apresentou provas capazes de afastar sua validade.

Assinale a alternativa correta.

- a) A alegação do servidor torna o ato automaticamente inexistente.
- b) O ato administrativo possui presunção absoluta de legalidade.
- c) A Administração deverá comprovar previamente a validade do ato para que ele produza efeitos.
- d) O ato possui presunção relativa de legitimidade, que poderá ser afastada mediante prova em contrário.
- e) A presunção de legitimidade impede a contestação administrativa ou judicial.

38. Um policial penal foi aprovado também para cargo público de professor. Os horários são compatíveis e não existe regra específica de dedicação exclusiva.

Assinale a alternativa correta.

- a) A acumulação poderá ser admitida, pois é permitido acumular um cargo de professor com outro de qualquer natureza, observados os requisitos constitucionais.
- b) A acumulação é proibida porque o outro cargo não possui natureza técnica ou científica.
- c) A acumulação somente seria permitida se os dois cargos fossem de professor.
- d) A compatibilidade de horários é irrelevante para a acumulação.
- e) A acumulação somente seria permitida se os cargos pertencessem ao mesmo ente federativo.

39. A Administração penitenciária estabeleceu regras gerais para o ingresso de visitantes nas unidades prisionais. Durante a fiscalização, um visitante foi impedido de entrar porque portava objeto expressamente proibido pelas normas de segurança.

Assinale a alternativa correta.

- a) A medida decorre do poder hierárquico, pois o visitante é subordinado à direção da unidade.
- b) A restrição somente poderia ser aplicada após autorização judicial.
- c) A conduta representa exercício do poder disciplinar sobre servidor público.
- d) A restrição constitui manifestação do poder de polícia, pois limita a liberdade do particular em benefício da segurança coletiva.
- e) O poder de polícia permite a imposição de qualquer restrição, ainda que não exista fundamento normativo.

40. Determinada lei estadual criou uma autarquia responsável pela gestão de programas de capacitação e reintegração no sistema penitenciário.

Sobre essa entidade, assinale a alternativa correta.

- a) Integra a Administração Direta e não possui personalidade jurídica própria.
- b) Possui personalidade jurídica de direito privado e deve assumir a forma de sociedade anônima.
- c) Somente adquirirá personalidade jurídica após o registro de seus atos constitutivos.
- d) Encontra-se subordinada hierarquicamente à Secretaria de Administração Penitenciária.
- e) Integra a Administração Indireta, possui personalidade jurídica de direito público e é criada diretamente por lei.

41. A Secretaria de Administração Penitenciária pretende adquirir equipamentos de inspeção cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente por especificações usuais de mercado.

De acordo com a legislação de licitações, assinale a alternativa correta.

- a) Por se tratar de bens comuns, a modalidade adequada é o pregão, com julgamento por menor preço ou maior desconto.
- b) A modalidade obrigatória é o concurso.
- c) A aquisição deverá ser realizada por leilão.
- d) O diálogo competitivo é obrigatório sempre que o objeto estiver relacionado à segurança pública.
- e) A Administração deverá utilizar inexigibilidade de licitação.

42. Uma tempestade causou graves danos à cobertura e às instalações elétricas de uma unidade prisional, comprometendo a continuidade do serviço. A Administração precisa contratar imediatamente os reparos necessários.

Assinale a alternativa correta.

- a) A emergência autoriza a contratação de qualquer obra pretendida pela Administração.
- b) A contratação emergencial dispensa a justificativa do preço e da escolha do contratado.
- c) O contrato emergencial pode ser prorrogado indefinidamente enquanto a Administração considerar conveniente.
- d) É possível a dispensa de licitação para os serviços necessários ao atendimento da emergência, limitada às parcelas que possam ser concluídas no prazo legal.
- e) A emergência torna obrigatória a utilização da modalidade concurso.

43. O diretor de uma unidade prisional determinou, de forma dolosa, que servidores públicos realizassem, durante o expediente, serviços de reforma em imóvel particular de sua propriedade.

Considerando a Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta somente configurará improbidade se houver pagamento adicional aos servidores.
- b) A utilização do trabalho de servidores em serviço particular, em proveito próprio, pode configurar ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.
- c) A conduta caracteriza exclusivamente ato de improbidade por ofensa aos princípios administrativos.
- d) A configuração da improbidade independe da existência de dolo.
- e) O fato constitui mera irregularidade funcional, pois não houve apropriação de dinheiro público.

44. O setor de gestão de pessoas da Polícia Penal realizou o tratamento de dados cadastrais e funcionais dos servidores para cumprir obrigação legal, sem solicitar consentimento individual.

À luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a alternativa correta.

- a) O consentimento do titular é indispensável em qualquer operação de tratamento de dados pessoais.
- b) O tratamento somente seria permitido mediante prévia autorização judicial.
- c) A Administração Pública pode tratar qualquer dado, independentemente da finalidade.
- d) O tratamento é admitido, pois o cumprimento de obrigação legal ou regulatória constitui fundamento autônomo, não dependendo de consentimento.
- e) A ausência de consentimento dispensa a observância dos princípios e direitos previstos na LGPD.

45. Após processo administrativo, uma empresa fornecedora de equipamentos para o sistema penitenciário foi responsabilizada pela prática de ato lesivo contra a Administração Pública.

Considerando as sanções previstas na Lei Anticorrupção, assinale a alternativa correta.

- a) Na esfera administrativa, somente poderá ser aplicada advertência.
- b) A multa será necessariamente calculada sobre o lucro líquido da empresa.
- c) A dissolução compulsória da pessoa jurídica pode ser determinada diretamente pela autoridade administrativa.
- d) A publicação da decisão condenatória substitui obrigatoriamente a aplicação de multa.
- e) Podem ser aplicadas multa sobre o faturamento bruto e publicação extraordinária da decisão condenatória, isolada ou cumulativamente.

DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

46. A respeito do conceito e da natureza dos direitos humanos, assinale a alternativa correta:

- a) Dependem de positivação estatal para existirem.
- b) São inerentes a todos os seres humanos.
- c) Possuem alcance estritamente nacional.
- d) Podem ser objeto de renúncia voluntária.
- e) São válidos apenas para os cidadãos eleitores.

47. Os direitos econômicos, sociais e culturais pertencem a qual dimensão ou geração de direitos humanos?

- a) Primeira geração.
- b) Segunda geração.
- c) Terceira geração.
- d) Quarta geração.
- e) Quinta geração.

48. Nos termos do Art. 5º, § 3º da Constituição Federal de 1988, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às:

- a) Leis ordinárias.
- b) Leis complementares.
- c) Emendas constitucionais.
- d) Medidas provisórias.
- e) Normas infraconstitucionais superlegais.

49. Segundo a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a pena:

- a) Pode atingir o patrimônio dos herdeiros.
- b) Pode passar da pessoa do delinquente.
- c) Não pode passar da pessoa do delinquente.
- d) Deve ser cumprida em regime fechado integral.
- e) Prescreve no prazo improrrogável de dois anos.

50. O Eixo Orientador IV do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) trata do seguinte tema:

- a) Memória e Verdade.
- b) Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência.
- c) Desenvolvimento e Direitos Humanos.
- d) Universalidade, Indivisibilidade e Interdependência.
- e) Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil.

51. De acordo com a Lei nº 13.060/2014, é VEDADO o disparo de arma de fogo contra:

- a) Suspeito armado em postura de ataque.
- b) Veículo que desobedeça a ordem de parada em bloqueio policial, sem risco imediato de morte.
- c) Indivíduo praticando crime grave com refém sob ameaça direta.
- d) Agressor em vias de fato contra terceiro vulnerável.
- e) Qualquer pessoa em situação de patrulhamento ostensivo urbano.

52. Segundo as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Mandela), a punição por isolamento das pessoas presas:

- a) É incentivada para manter a disciplina diária.
- b) Pode ser aplicada por prazo indeterminado.
- c) É proibida em celas escuras ou iluminadas inadequadamente.
- d) Depende de autorização expressa da família do preso.
- e) Deve ser aplicada obrigatoriamente a todos os recém-chegados.

53. As Regras de Bangkok destinam-se a orientar a proteção e o tratamento de:

- a) Crianças e adolescentes infratores do sexo masculino.
- b) Mulheres presas, incluindo medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras.
- c) Idosos submetidos a internação compulsória.
- d) Estrangeiros sob custódia em centros de detenção temporária.
- e) Policiais e agentes penitenciários vítimas de violência ocupacional.

54. Nos termos do Artigo 1º, inciso I, da Lei nº 9.455/1997, constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de:

- a) Praticar contravenção penal de menor potencial ofensivo.
- b) Obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceiro.
- c) Cobrar dívida civil de natureza alimentar.
- d) Executar reintegração de posse ordenada judicialmente.
- e) Aplicar medida corretiva legal aos filhos menores.

55. As ações afirmativas destinadas aos grupos vulneráveis são caracterizadas como medidas:

- a) Definitivas que buscam anular o direito à igualdade formal.
- b) Permanentes que concedem privilégios individuais hereditários.
- c) Temporárias e especiais para promover a igualdade substancial.
- d) Exclusivas do setor privado sem participação estatal.
- e) Punitivas aplicadas contra a maioria da população.

e) 70% do total da pena.

57. De acordo com a Lei de Execução Penal (lei nº 7210/1984), marque a alternativa que não é uma hipótese de cabimento do regime disciplinar diferenciado:

- a) A prática de crime doloso que venha subverter a ordem ou a disciplina interna
- b) Quando o preso apresentar alto risco para ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.
- c) Quando o preso apresentar fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, independentemente da prática de falta grave
- d) A prática de crime culposos.
- e) Estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado, nos termos do *caput* do art.52 da Lei de Execução Penal, o preso que, tendo cometido crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, ameace ou pratique violência contra a vítima ou seus familiares. (Redação dada pela Lei nº 15.410, de 2026)

EXECUÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

56. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), se o indivíduo, primário, for condenado pelo crime de constituição de milícia privada para preencher o requisito objetivo para progredir de regime deverá cumprir:

- a) 30% do total da pena.
- b) 40% do total da pena.
- c) 75 % do total da pena.
- d) 60% do total da pena.

58. Quanto à progressão de regime marque a alternativa correta de acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/1984).

- a) O condenado reincidente em crime com violência ou grave ameaça à pessoa para progredir de regime deverá cumprir 30% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- b) O condenado primário em crime com violência ou grave ameaça à pessoa para progredir de regime deverá cumprir 40% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- c) O condenado reincidente em crime hediondo ou equiparado com o resultado morte para progredir de regime deverá cumprir 60% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- d) O condenado primário em crime hediondo ou equiparado com o resultado morte para progredir de regime deverá cumprir 40% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- e) O condenado primário em crime hediondo ou equiparado com o resultado morte para progredir de regime deverá cumprir 70% do total da pena para preencher o requisito objetivo.

59. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), para o preso obter a saída temporária é necessário a autorização do:

- a) Diretor do Estabelecimento.
- b) Procurador da República
- c) Juiz da Execução Penal
- d) Juiz Criminal
- e) Promotor de Justiça

60. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/1984), caso um preso pratique uma falta grave o juiz pode descontar até ___ dos dias remidos:

- a) 1/5
- b) 1/4
- c) 1/3

d) 1/6

e) 1/2

61. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), poderá obter a saída temporária os condenados ao cumprimento de pena em regime:

- a) fechado.
- b) semiaberto.
- c) aberto.
- d) disciplinar diferenciado.
- e) fechado ou semiaberto

62. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), com o advento da Lei nº 14.843/2024, marque a alternativa abaixo que traga a única hipótese de cabimento da saída temporária a partir da entrada em vigor da lei mencionada:

- a) visita à família.
- b) atividades que contribuam para o retorno do convívio social.
- c) em caso de doença grave de pessoa da família.
- d) frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução de ensino médio ou superior na Comarca do Juízo da Execução.
- e) visitar os filhos.

63. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), caso um preso tenha concluído 360 horas de estudo ele terá direito a:

- a) 10 dias de remição.
- b) 20 dias de remição.
- c) 40 dias de remição.
- d) 30 dias de remição.
- e) 50 dias de remição.

64. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), marque a alternativa abaixo que traga uma hipótese de permissão de saída:

- a) falecimento de ascendente.
- b) visita à família.
- c) cursar o ensino médio.
- d) cursar o ensino superior.
- e) fazer um curso profissionalizante

65. De acordo com a Lei de Execução Penal (lei nº 7.210/1984), são órgãos da execução penal, exceto:

- a) o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.
- b) o Juízo Criminal.
- c) o Ministério Público.
- d) o Conselho Penitenciário.
- e) o Patronato.

66. De acordo com a Lei de Execução Penal (lei nº 7.210/1984), são características do regime disciplinar diferenciado, exceto:

- a) Recolhimento em cela individual.
- b) visitas quinzenais, de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 2 (duas) horas.
- c) entrevistas sempre monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário.
- d) fiscalização do conteúdo da correspondência.
- e) banho de sol semanalmente

67. Marque a alternativa correta quanto à composição da Comissão Técnica de Classificação para elaborar o programa individualizador da pena privativa de liberdade, de acordo com a Lei de Execução Penal.

- a) será presidida pelo Diretor e composta, no mínimo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social.
- b) será presidida pelo Juiz da Execução Penal e composta, no mínimo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social.
- c) será presidida pelo Diretor e composta, no máximo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social.
- d) será presidida pelo Juiz da Execução Penal e composta, no máximo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social.
- e) será presidida pelo Diretor e composta, no mínimo, por três chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social.

68. De acordo com a Lei de Execução Penal (lei nº 7.210/1984), a prática de falta grave interrompe o prazo para fins:

- a) progressão de regime.
- b) saída temporária.
- c) indulto
- d) comutação de pena.
- e) livramento condicional.

69. Marque abaixo a única sanção disciplinar, de acordo com a Lei de Execução Penal, que não pode ser aplicada pelo diretor do estabelecimento:

- a) advertência verbal;
- b) repreensão;
- c) suspensão ou restrição de direitos (artigo 41, parágrafo único);
- d) isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, observado o disposto no artigo 88 desta Lei.
- e) inclusão no regime disciplinar diferenciado.

70. Um preso foi pego, por um policial penal no Rio Grande do Norte, durante uma tentativa de fuga. Com base nessa situação hipotética e de acordo com a Lei de Execução Penal (lei nº 7.210/1984), nesse caso o interno será punido por falta disciplinar:

- a) na forma tentada.
- b) na forma consumada.
- c) atenuada
- d) diminuída.
- e) aumentada

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Fábio Ramos

71. Assinale a opção incorreta de acordo com o que dispõe a emenda constitucional 104/2019.

- a) Compete a União organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;
- b) Lei estadual disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, da polícia civil, da polícia penal, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar.
- c) As polícias penais federal, estaduais e distrital, assim como outros órgãos do artigo 144 da CF são órgãos de segurança pública.
- d) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.
- e) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

72. O Estado do Rio Grande do Norte, Unidade Federada integrante e inseparável da República Federativa do Brasil, rege-se por esta Constituição e pelas leis que adotar, respeitados os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, exceto:

- a) a soberania.
- b) a cidadania.
- c) a dignidade da pessoa humana.
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- e) o pluralismo político.

73. À luz do disposto na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte:

- I – São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- II – A lei adota procedimento sumário de apuração de responsabilidade por desrespeito à integridade física e moral dos presos, cominando penas disciplinares ao servidor estadual, civil ou militar, encontrado em culpa.
- III - Lei ordinária regula as condições de cumprimento de pena no Estado, cria Fundo Penitenciário com a finalidade de assegurar a efetividade do tratamento legal previsto aos reclusos e dispõe sobre a instalação de comissões técnicas de classificação.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens I e III estão certos.
- c) Apenas o item II está certo.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

74. Tibéri é Policial Penal do RN, foi consultar a Constituição do estado e verificou que O Poder Judiciário, pelo Juízo das Execuções Penais, publica,, relação nominal dos presos, fazendo constar a pena de cada um e o início de seu cumprimento:

Assinale a opção correta.

- a) mensalmente.
- b) semanalmente.
- c) anualmente.
- d) semestralmente.
- e) em dois em dois anos.

75. A luz da Constituição do RN § na elaboração dos regimentos internos e disciplinares dos estabelecimentos penais do Estado, além do órgão específico, observando-se, entre outros princípios, a resolução da Organização das Nações Unidas acerca do tratamento de reclusos, participam, exceto:

- a) o Conselho Penitenciário do Estado apenas.
- b) o Conselho Penitenciário do Estado e o Juízo das Execuções Penais apenas.
- c) o Juízo das Execuções Penais apenas
- d) o Conselho Penitenciário do Estado, o Juízo das Execuções Penais e o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil
- e) o Conselho Penitenciário do Estado, o Juízo das Execuções Penais e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

76. A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. A luz da constituição do estado do RN são condições de elegibilidade, exceto:

- a) nacionalidade brasileira originária.
- b) pleno exercício dos direitos políticos.
- c) o alistamento eleitoral.
- d) domicílio eleitoral na circunscrição.

e) idade de 21 anos para juiz de paz.

77. Para os fins da aplicação da constituição do estado do RN, são direitos sociais:

- I - educação
- II - saúde
- III – proteção à maternidade e a infância
- IV - segurança
- V – previdência social
- VI - lazer

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- d) Todos os itens estão certos.
- e) Apenas os itens II, IV e VI estão certos.

78. De acordo com o texto da constituição do estado do RN, a soberania popular deve ser exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, tal soberania popular se dá mediante as formas presentes em quantos dos seguintes itens? I. Iniciativa popular; II. Comissão parlamentar de Inquérito; III. Mandado de injunção; Plebiscito.

- a) Nenhum deles.
- b) Apenas 1 deles.
- c) Apenas 2 deles.
- d) Todos os 4.
- e) Apenas 3 deles.

79. Considere a situação hipotética: Tibruço foi eleito pela primeira vez em 2022 como Governador do Estado do RN, enquanto Geruza está em seu primeiro mandato de Prefeita em um Município localizado neste mesmo Estado. Considerando que os dois pretendem se candidatar para Governador do Estado do RN neste ano. Considerando que Geruza seja reeleita Prefeita em 2024, com base apenas nas informações fornecidas, com relação às eleições para Governador que ocorrerá este ano de 2026, Tibruço

- a) poderá ser reeleito para um único período subsequente, e Geruza poderá se candidatar se renunciar ao mandato de Prefeita até quatro meses antes do pleito.
- b) poderá ser reeleito, para um único período subsequente, e Geruza poderá se candidatar se renunciar ao mandato de Prefeita até seis meses antes do pleito.
- c) não poderá ser reeleito, e Geruza poderá se candidatar se renunciar ao mandato de Prefeita até seis meses antes do pleito.
- d) não poderá ser reeleito, e Geruza poderá se candidatar se renunciar ao mandato de Prefeita até quatro meses antes do pleito.
- e) poderá ser reeleito para dois períodos subsequentes, e Geruza será inelegível para o cargo pretendido, uma vez que estará no exercício do seu segundo mandato de Prefeito,

80. A luz da constituição do estado do RN, sobre os seus símbolos:

- I - bandeira
- II - brasão de armas
- III - hino
- IV - selos

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.

- c) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos

81. De acordo com a constituição do estado do RN, É vedado ao Estado e aos Municípios:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II – recusar fé aos documentos públicos;

III – criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II, III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos

82. À luz do Estatuto da Carreira de Policial Penal do Rio Grande do Norte. O Sistema Penitenciário Estadual integra o Sistema de Execução Penal auxiliando os Órgãos de Segurança Pública do Estado, com a finalidade de contribuir para a proteção de todos os membros da sociedade mediante a prestação de serviços de custódia de presos. São princípios institucionais do Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte, exceto:

- a) exercício das atividades penitenciárias com probidade, moderação e respeito;
- b) isenção de ânimos pessoais no exercício de suas funções;
- c) preservação da integridade física e moral da pessoa presa ou sujeita a medida de segurança, de vigilância e custódia, salvo se houver rebelião.
- d) respeito à dignidade e aos direitos da pessoa humana, garantindo a sua integridade física e moral, na forma estabelecida na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei de Execução Penal
- e) compromisso com os fins da Execução Penal à luz das leis disciplinadoras da matéria

83. Tibério faz parte do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte, estava com dúvidas a respeito dos símbolos oficiais do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte. Foi consultar Estatuto da Carreira de Policial Penal do Rio Grande do Norte e marcou a seguinte opção correta:

- a) São símbolos oficiais do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte o brasão, a bandeira e o distintivo, conforme modelos estabelecidos por ato do Chefe do Poder Executivo.
- b) São símbolos oficiais do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte o brasão, a bandeira, o distintivo e os selos conforme modelos estabelecidos por ato do Chefe do Poder Executivo.
- c) São símbolos oficiais do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte o brasão e a bandeira apenas,

conforme modelos estabelecidos por ato do Chefe do Poder Executivo..

- d) São símbolos oficiais do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte o brasão, a bandeira e o hino, conforme modelos estabelecidos por ato do Chefe do Poder Executivo.
- e) São símbolos oficiais do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte o brasão, a bandeira, o hino e os selos conforme modelos estabelecidos por ato do Chefe do Poder Executivo.

84. Assinale a opção correta de acordo com o que dispõe o Estatuto da Carreira de Policial Penal do Rio Grande do Norte.

- a) atribuições: conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ou cometíveis a um servidor público, criado por Lei, de natureza permanente, denominação própria e número certo, bem como de provimento efetivo ou em comissão e pago pelo Erário;
- b) cargo público: conjunto de atividades inerentes a um cargo ou função, necessárias para a execução de um serviço;
- c) enquadramento: é a indicação do arquétipo financeiro integrante da faixa de subsídio atribuído ao servidor.
- d) avaliação de desempenho: conjunto de procedimentos administrativos direcionados para a aferição do desenvolvimento funcional do servidor ocupante de cargo do Quadro Permanente de Pessoal Efetivo;
- e) nível: ato administrativo para formalização do posicionamento do servidor ativo e inativo nos diferentes níveis da carreira.

85. Enquanto matriculado em curso de formação técnico-profissional realizado para o provimento de cargos integrantes da carreira de Policial Penal, o candidato fará jus a uma bolsa de estudos no valor de 50% (cinquenta por cento) do subsídio inicial do cargo. Dentre as alternativas abaixo, exigir-se-á do candidato para ingresso na categoria funcional das Atividades Penitenciárias conforme a Lei Complementar nº 566/2016, dentre outras:

I - ser brasileiro;

II - ter, no mínimo, 18 (dezoito) anos de idade e, no máximo, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade;;

III - ter conduta social ilibada;

IV - possuir diploma de ensino médio.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está errado.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e IV estão errados.
- e) Todos os itens estão certos

86. À luz do disposto no art. 17 o Estatuto da Carreira de Policial Penal do Rio Grande do Norte. O concurso público para o provimento dos cargos de Policial Penal do Rio Grande do Norte tem

- a) prazo de validade de até 4 (quatro) anos, improrrogável.
- b) prazo de validade de até 3 (três) anos, prorrogável uma única vez, por igual período.
- c) prazo de validade de até 2 (dois) anos, prorrogável uma única vez, por igual período.
- d) prazo de validade de até 2 (dois) anos, prorrogável diversas vezes até 6 anos.
- e) prazo de validade de até 1 (um) ano, prorrogável uma única vez, por igual período.

87. Conforme o Estatuto da Carreira de Policial Penal do Rio Grande do Norte, o Policial Penal será submetido a estágio probatório pelo prazo de, a partir do exercício do cargo, o qual será avaliado pela chefia imediata e por uma comissão instituída por ato do Secretário de Estado da Administração Penitenciária. Marque a opção correta:

- a) um ano.
- b) dois anos.
- c) três anos.
- d) quatro anos.
- e) cinco anos

88. Clóvis passou no concurso da Polícia penal do RN, sabendo que foi respeitadas todas as fases, a luz do Estatuto da Carreira de Policial Penal do Rio Grande do Norte, o prazo para Clóvis entrar em exercício é:

- a) de 30 (trinta) dias, contados da data da posse ou da publicação do ato de readaptação, reversão, reintegração ou recondução.
- b) de 20 (vinte) dias, contados da data da posse ou da publicação do ato de readaptação, reversão, reintegração ou recondução..
- c) de 15 (quinze) dias, contados da data da posse ou da publicação do ato de readaptação, reversão, reintegração ou recondução.
- d) de 10 (dez) dias, contados da data da posse ou da publicação do ato de readaptação, reversão, reintegração ou recondução.
- e) de 5 (cinco) dias, contados da data da posse ou da publicação do ato de readaptação, reversão, reintegração ou recondução.

89. Assinale a opção correta de acordo com o que dispõe o Estatuto da Carreira de Policial Penal do Rio Grande do Norte, referente a jornada de trabalho do policial penal.

I - A jornada de trabalho do Policial Penal será em regime de plantão e não poderá exceder a 200 (duzentas) horas mensais.

II – Não é permitido ao Policial Penal o plantão duplo.

III – A escala de plantão do Policial Penal é de 24 (vinte e quatro) horas de trabalho por 72 (setenta e duas) horas de folga, observado os intervalos para alimentação e repouso.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas o item III está certo.
- e) Todos os itens estão certos

90. André prestou concurso público para ingressar na Polícia Penal do RN e foi aprovado dentro do número das vagas. Na Posse, constatou-se que ele possuiria diversos deveres. Com base o Estatuto da Carreira de Policial Penal do Rio Grande do Norte, assinale a opção Incorreta em relação aos seus deveres.

- a) desempenhar as atribuições legais e regulamentares inerentes ao cargo ou função com zelo, dedicação, eficiência e probidade;
- b) adotar as providências cabíveis e fazer as comunicações devidas, em face das irregularidades que ocorram em serviço ou de que tenha conhecimento;
- c) registrar as atividades de trabalho de natureza interna e externa em livros de ocorrências;
- d) desempenhar suas funções agindo com discrição, honestidade, imparcialidade, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, bem como lealdade às normas constitucionais;

e) O rol dos deveres do policial penal é taxativo.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

91. Em unidade prisional do Rio Grande do Norte, um Policial Penal, com o objetivo de punir um reeducando por uma falta disciplinar, submete-o, reiteradamente, a intenso sofrimento físico e mental, mediante privação de água, alimentação e exposição a temperaturas extremas, causando-lhe lesões corporais de natureza grave. Considerando a Lei nº 9.455/1997, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A conduta configura exclusivamente abuso de autoridade, previsto na Lei 13.869/2019, afastando a tipificação da Lei de Tortura.
- b) O fato não constitui crime, pois o Policial Penal possui poder disciplinar sobre o reeducando, exercido de forma discricionária, sem limites legais.
- c) O policial penal praticou o crime de tortura previsto no art. 1º, II, da Lei 9.455/1997 (submeter o preso ou detido a intenso sofrimento físico ou mental), com pena de reclusão de 2 a 8 anos; a conduta não é afiançável e o crime é insuscetível de graça, indulto, anistia ou fiança, na forma do art. 1º, §7º, do mesmo diploma.
- d) O fato configura apenas crime de lesão corporal, na forma qualificada, com pena de 2 a 8 anos, afastando a aplicação da Lei de Tortura pelo princípio da especialidade.
- e) O crime de tortura exige, para a sua consumação, que a vítima seja obrigada a confessar ou a praticar ato com o qual não concorde, não se admitindo outras hipóteses.

92. Em unidade prisional do Rio Grande do Norte, um Policial Penal, com o objetivo de constranger e humilhar um reeducando recém-ingresso, submete-o, sob grave ameaça e mediante uso de algemas, à exposição vexatória diante de outros detentos e de visitantes, obrigando-o a ficar despido em posição humilhante por longo período. Com base na Lei nº 13.869/2019, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A conduta é atípica, pois o policial penal agiu no estrito cumprimento do dever legal, sendo o uso de algemas ato inerente à função.
- b) O policial penal praticou o crime do art. 13 da Lei 13.869/2019 (constranger o preso ou detido, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a exhibir-se ou ter seu corpo exposto à curiosidade pública, ou a submeter-se a situação vexatória), com pena de detenção de 1 a 4 anos, e multa, não se configurando a excludente de ilicitude do estrito cumprimento do dever legal.
- c) A conduta configura exclusivamente o crime de tortura (Lei 9.455/1997), com pena de 2 a 8 anos, afastando-se a Lei 13.869/2019 pelo princípio da especialidade.
- d) A conduta constitui apenas ilícito administrativo, não havendo tipificação penal específica.
- e) A conduta é punível somente se a vítima for mulher, criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência, conforme rol taxativo do art. 15 da Lei 13.869/2019.

93. Dois Policiais Penais do RN, A e B, em serviço no mesmo plantão, em unidade prisional, combinam entre si executar "corretivo" contra o preso C, conhecido por liderar rebeliões. Enquanto A desferre socos e pontapés na vítima, B a segura pelos braços, impedindo sua defesa, e ambos têm pleno conhecimento de que o resultado morte é consequência possível da ação. C vem a falecer em razão das agressões. Periciado o cadáver, as lesões são compatíveis com espancamento coletivo. Considerando o concurso de pessoas no Código Penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas A responde pelo homicídio, pois foi o executor material dos golpes; B, por ter apenas segurado a vítima, responde apenas por participação de menor importância (art. 29, §1º, CP), podendo ter a pena reduzida de 1/6 a 1/3.
- b) A e B respondem co-autores pelo homicídio doloso qualificado, na forma do art. 121, §2º, do CP, em concurso de pessoas (art. 29, caput, CP), porque houve acordo de vontades, divisão de tarefas e contribuição causal essencial de cada um para o resultado, sendo irrelevante que um deles não tenha desferrado diretamente os golpes letais.
- c) A e B respondem apenas por lesão corporal seguida de morte (art. 129, §3º, CP), porque não houve dolo de matar, mas apenas intenção de aplicar corretivo disciplinar.
- d) Ambos agiram no estrito cumprimento do dever legal, pois a correção disciplinar é prerrogativa do Policial Penal, ficando afastada a ilicitude.
- e) A responde por homicídio doloso e B, por ter sido omissor (apenas segurou a vítima), responde por omissão imprópria, devendo a ele ser aplicada a causa de aumento de pena do art. 13, §2º, "a", da Lei 9.455/1997.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araújo*

94. No que se refere à teoria geral da prova no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) O ordenamento jurídico brasileiro adota, como regra, o sistema da prova legal ou tarifada
- b) O magistrado poderá fundamentar sentença condenatória exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial, desde que tais elementos sejam coerentes entre si.
- c) São consideradas provas ilícitas aquelas produzidas em desacordo com regras exclusivamente processuais
- d) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos da investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- e) No sistema da íntima convicção, o julgador possui liberdade para apreciar a prova, mas deve necessariamente fundamentar sua decisão.

95. João foi preso em flagrante por policiais penais no momento em que subtraiu o aparelho celular da esposa de um preso, quando ambos se encontravam na fila para visita em um presídio situado no Rio Grande do Norte. Apresentado o preso à autoridade policial, foi lavrado o auto de prisão em flagrante pelo crime de furto, tendo sido o APFD encaminhado ao juízo competente e realizada a audiência de custódia.

Durante a audiência, sem requerimento do Ministério Público e sem representação da autoridade policial, o magistrado converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva, sob o fundamento de garantia da ordem pública, em razão dos antecedentes criminais do custodiado.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Agiu incorretamente o Juiz, pois a garantia da ordem pública não constitui fundamento legal para decretação da prisão preventiva.
- b) Agiu incorretamente o Juiz, pois a prisão preventiva somente pode ser decretada de ofício nos crimes cuja pena máxima ultrapasse 08 anos.
- c) Agiu incorretamente o Juiz, pois a prisão preventiva não poderia ter sido decretada de ofício.
- d) Agiu incorretamente o Juiz, pois o delito em questão não admite prisão preventiva.
- e) O Juiz agiu corretamente, pois a conversão da prisão em flagrante em preventiva independe de provocação das partes.

96. Ricardo cumpre pena pela prática do crime de roubo simples. Entendendo estarem presentes os requisitos legais, sua defesa requereu ao Juízo da Execução Penal a concessão de livramento condicional, pedido que foi deferido, por entender o Juiz que o condenado preenchia todos os requisitos objetivos e subjetivos para a concessão do benefício.

Caso pretenda impugnar a decisão, o Ministério Público deverá:

- a) interpor agravo em execução, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias.
- b) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias.
- c) impetrar mandado de segurança, diante da inexistência de recurso específico para a hipótese.
- d) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias.
- e) interpor agravo em execução, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias.

**LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL (*INSERIDA
NO CONTEÚDO DE DIREITO PENAL E
PROCESSO PENAL)***Antônio Pequeno*

97. Nos termos da lei nº 13869/2019, conhecida como a Lei de Abuso de Autoridade, marque a alternativa incorreta

- a) A lei traz penas restritivas de direitos e a pena de multa.
- b) A ação penal é pública incondicionada e no caso de inércia do Ministério Público cabe a ação penal privada subsidiária da pública.
- c) Os crimes previstos nesta lei só podem ser praticados na forma dolosa e além disso exigem a finalidade específica.
- d) A perda do cargo é um efeito automático e não exige nenhuma condição.
- e) Os crimes de abuso de autoridade são punidos com a pena privativa de liberdade de detenção.

98. Nos termos da lei nº 9.455/1997, conhecida como a Lei de Tortura, marque a alternativa incorreta

- a) A tortura só pode ser praticada na forma dolosa e algumas modalidades exigem a finalidade específica.
- b) A ação penal nos crimes de tortura é pública incondicionada e no caso de inércia do Ministério Público cabe a ação penal privada subsidiária pública.
- c) São crimes que podem ser praticados de forma comissiva ou na forma omissiva imprópria e própria.
- d) A perda do cargo não é um efeito automático e exige condições para ser aplicada.
- e) As torturas omissivas são punidas com a pena privativa liberdade de detenção.

99. Dinho é um traficante que utiliza o comércio de drogas como um estilo de vida. Durante uma investigação feita pela Polícia Civil de MG foi constatado que Dinho, além do tráfico de drogas, financia e custeia o próprio negócio. Com base nessa situação hipotética, julgue as alternativas abaixo e assinale a correta com base na lei nº 11.343/2006.

- a) O prazo de conclusão do inquérito policial, estando o indiciado preso, é 25 dias.
- b) No caso de colaboração premiada o colaborador pode ser beneficiado com o perdão judicial e a redução de pena.
- c) A ação controlada, com base na lei de drogas, basta a comunicação prévia ao juízo não precisando de decisão judicial autorizando.
- d) O porte da maconha para consumo próprio é crime de acordo com o Supremo Tribunal Federal.
- e) O crime de tráfico é crime de mera conduta, ou seja, basta praticar a conduta para se configurar.

100. De acordo com a Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990), marque a alternativa abaixo que traga um crime que não é considerado rotulado como hediondo:

- a) Sequestro e o cárcere privado praticado contra criança ou adolescente.
- b) Tráfico de pessoas praticado contra criança ou adolescente.
- c) Comércio ilegal de arma de fogo.
- d) Domínio social estruturado.
- e) Tráfico de drogas.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
